

## ACTA Nº 6

Ao vigésimo terceiro dia do mês de Fevereiro de dois mil e onze, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Creditação de unidades curriculares
- 3- Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Anabela Sousa Lopes; Ana Mafalda G. Eiró Gomes; Ana Teresa Machado; André do Couto Sendin; António José da Cruz Belo; Carla Cristina Medeiros Dias Vieira; João Pedro Coelho Gomes Abreu; Jorge Francisco Martins Trindade; Lucília José da Costa Mendes Gomes Justino; Maria José Pereira da Mata; Sandra Marisa Lopes Miranda; Sandra Pereira; Joana Rodrigues; Fábio Fernandes; João Torres (suplente); Élia Teixeira; Francisca Sequeira; João Gonçalves; Ana Isabel Batista Plancha; Marta Barreiro Amorim, e Elva de Castro Osório

Não estiveram presentes os conselheiros Marta Baeta, que foi substituído por João Torres, e Ana Rita Bernardo que justificaram a sua falta. Tiago Martins e Vanessa Ideias não estiveram presentes nem justificaram a sua falta.

;

O Presidente do Conselho Pedagógico deu início à reunião prestando algumas informações.

Em primeiro lugar referiu que a acta da reunião anterior não foi posta a circular por correio electrónico como usualmente pois ficou-se a aguardar que os directores de curso enviassem os documentos sobre o balanço do funcionamento dos seus cursos para ficar em anexo. Dado que estes documentos ainda não estavam prontos optou, então por adiantar já a acta e juntá-los posteriormente.

Relativamente aos aspectos abordados na reunião anterior, e que ficaram de ser apresentados à direcção o presidente do Conselho informou:

- Impossibilidade de realizar avaliação contínua por motivos de doença: o Presidente da Escola referiu que essa situação seria acautelada e que, caso a estudante não completasse a unidade curricular em exame, poderia requerer um novo exame.

- Estatuto de trabalhador estudante recusado a estagiários: os Serviços Académicos referiram que se tratava apenas de um caso, sendo a recusa devida ao facto de não haver comprovativo oficial pois tratava-se de um estágio não remunerado.
- Horário de Inglês para o pós-laboral: foi referido que o problema já tinha sido resolvido para o 2º semestre.

O Presidente informou, ainda, os conselheiros sobre o andamento do processo de gestão da qualidade na Escola e no Politécnico, em particular dos novos inquéritos de autoavaliação que já seriam realizados online, e não em papel como anteriormente. O presidente referiu ainda que estava previsto alguma espécie de obrigatoriedade no preenchimento destes inquéritos de modo a garantir a representatividade das respostas.

As Conselheiras Ana Teresa Machado e Ana Mafalda expressaram algumas reservas sobre a legalidade desta obrigatoriedade, tendo o presidente respondido que ainda não estava definido em que moldes seria.

A Conselheira Marta Amorim e outros conselheiros do corpo discente colocaram algumas questões sobre a questão da confidencialidade das respostas, tendo sido garantido que não haveria qualquer ligação entre as respostas dadas e a identificação dos estudantes.

No ponto dois da ordem de trabalhos o presidente começou por referir que esta discussão tinha sido agendada numa reunião anterior dadas as diversas queixas apresentadas relativamente aos processos de creditação de unidades curriculares. Acrescentou ainda que estas queixas assentavam sobretudo na questão da disparidade de critérios, na demora na resolução dos processos bem como na dificuldade em iniciá-los.

Para facilitar a discussão o Presidente apresentou um documento, baseado no actual regulamento de creditação, com algumas propostas de alteração que poderiam solucionar algumas das queixas apresentadas.

A Conselheira Mafalda Eiró Gomes apresentou algumas questões de carácter genérico, referiu ainda que este documento merecia uma análise mais aprofundada.

O presidente referiu que o documento era apenas um suporte à discussão, não tinha de ser aprovado nesta reunião, poderia continuar a ser trabalhado após esta.

De seguida discutiu-se o documento proposto, tendo intervindo diversos conselheiros propondo algumas alterações bem como introduzindo novos aspectos. A proposta de regulamento resultante desta reunião fica anexa a esta acta. Ficou estabelecido que, até à próxima reunião os conselheiros podiam comentar o regulamento sugerindo alterações, sendo então este apresentado de novo.

Não havendo assuntos supervenientes, e antes de dar por encerrada a reunião o Presidente pediu sugestões de temas a debater na próxima reunião, tendo-se acordado que seria debatido o regulamento de frequências e avaliação.

Não havendo mais assuntos a discutir, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2010

**O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO**

(António José da Cruz Belo)

## ANEXO

---

### **Creditação de Competências Académicas Formais**

#### **Regulamento e Procedimentos**

##### **Artigo 1º - Âmbito**

O presente regulamento fixa as normas e procedimentos a adoptar na creditação de competências académicas formais (CCAF), ou seja, as que tenham sido desenvolvidas a adquiridas por via da formação certificada por outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, devidamente reconhecidas, desde que esta formação seja de nível superior ou pós-secundária, e estejam fora de programas ou acordos previamente estabelecidos.

##### **Artigo 2º - Enquadramento legal**

Artigo 45º do Decreto-lei 74/2006 de 24 de Março e o artigo 13º do Decreto-lei 64/2006 de 21 de Março.

##### **Artigo 3º - Requerimento**

O processo deve ser instruído pelo interessado, entregue nos Serviços Académicos do qual devem constar os seguintes documentos elementares:

1. requerimento para processo de creditação de competências, onde o requerente deve fazer constar a sua pretensão concreta;
2. certificados de habilitações devidamente autenticados;
3. programas de Unidades Curriculares (UC), autenticados pelo estabelecimento de ensino com a respectiva carga horária e ECTS, quando aplicável;
4. provas de conhecimentos realizadas no âmbito das UC, como, por exemplo, trabalhos realizados, individuais ou colectivos, ou enunciados de provas de avaliação. (estes documentos são facultativos)

No caso de formações obtidas na ESCS os requerentes estão isentos de entregar os documentos exigidos nos pontos b) e c).

#### **Artigo 4º - Órgãos responsáveis pelo processo de CCAF**

1. Comissão de Creditação constituída pelo responsável na área científica, professor(es) responsáveis da(s) UC em causa, um elemento do corpo docente que garanta os princípios de justiça e uniformidade de critérios no processo de avaliação na ESCS;
2. Conselho Técnico-Científico a quem compete, em plenário, ratificar os Termos de Creditação propostos pela Comissão de Creditação.

#### **Artigo 5º - Comissão de Creditação**

1. Órgão interdisciplinar constituído por elementos responsáveis nas áreas científicas, pelas UC em causa, e um outro elemento nomeado que garantirá a uniformidade de critérios entre processos.
2. Este órgão tem como atribuição garantir a justiça e uniformidade de aplicação de critérios a transparência do processo.
3. O elemento a quem compete a arbitragem do processo é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico, para um mandato de um ano, deve participar em todos os processos, independentemente do curso, e garantir a uniformidade de critérios na apreciação dos processos.
4. O âmbito da competência da Comissão de Creditação é accionar o processo de creditação de UC, para UC e/ou para áreas científicas, e atribuir ECTS por UC ou área científica.
5. A Comissão deve ouvir o candidato sempre que entender necessário, para esclarecer o conteúdo do requerimento e/ou dos seus elementos constituintes.
6. A comissão poderá solicitar novos elementos para apreciação se entender pertinente e necessário para proceder à avaliação das competências.

#### **Artigo 6º - Procedimento de RVCC**

1. Comissão de Creditação mediante a análise dos programas das UC e outros elementos que entender, deverá emitir o Termo de Creditação de competências definindo quais as UC que beneficiam de equivalência, área científica a que deve ser creditada e ainda a classificação atribuída. A creditação para unidades curriculares pode ser total ou parcial, em moldes definidos pela comissão de Creditação.

1. Os Termos de Creditação de Competências são documentos a elaborar pelos pela Comissão de Creditação, em função das situações específicas, onde são definidas as Unidades Curriculares e Área(s) Científica(s) creditadas, a classificação e/ou créditos atribuídos, sendo ratificados posteriormente em plenário do Conselho Técnico-Científico. No caso das creditações parciais deve definir claramente quais os elementos de avaliação a realizar pelo estudante para completar os restantes ECTS da UC creditada.

### **Artigo 7º - Atribuição de classificação**

1. A classificação atribuída às Unidades Curriculares certificadas e obtidas por via do sistema formal de ensino superior (nacional ou estrangeiro) deve ser atribuída a partir da classificação obtida nas unidades curriculares que deram origem à creditação. Estas unidades curriculares devem constar no diploma e certificado de habilitações com a menção de “Unidade Curricular realizada por processo de creditação de competências académicas.
2. A comissão de Creditação não deve atribuir, na área científica nuclear do curso, mais de um terço dos ECTS requeridos para essa mesma área.
3. No caso de creditações parciais a classificação final será a média ponderada entre a classificação da unidade curricular de origem, com o peso dos ECTS atribuídos, a classificação na avaliação definida para completar os ECTS da unidade curricular creditada, com o peso dos respectivos ECTS. A classificação desta última componente tem de ser positiva.

### **Artigo 8º - Normas processuais**

1. Os alunos devem requerer a creditação no acto da matrícula ou até quinze dias úteis após a publicação dos resultados de acesso.
2. A instrução do processo de creditação é da competência os serviços académicos, que deverão enviar no prazo de cinco dias à comissão de Creditação.
3. A apreciação por parte da comissão de Creditação não deverá exceder trinta dias úteis após a publicação dos resultados de acesso.